

UMA ANÁLISE DO EMPREENDIMENTO *FRUTASÃ* (CAROLINA-MA, BRASIL) À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Igor S. H. de Carvalho – Biólogo, Pesquisador Associado ao ISPN-Instituto Sociedade, População e Natureza, e Mestrando no Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – igorshc@yahoo.com
Omar Silveira Junior – Economista, Gerente Administrativo Financeiro do CTI-Centro de Trabalho Indigenista – omar@trabalhoindigenista.org.br

Resumo

A fábrica de polpas de frutas *FrutaSã* começou a funcionar em 1994, no contexto do *Projeto Frutos do Cerrado*, objetivando a implementação de uma alternativa de geração de renda aliada à conservação do Cerrado da região das Terras Indígenas dos Povos Timbira. A empresa tem como proprietárias a *Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins*, única beneficiária dos lucros gerados, e a organização não governamental *Centro de Trabalho Indigenista – CTI*, fiel depositária frente às instituições externas. Neste artigo, defendemos que o empreendimento se distingue da economia capitalista, e, portanto, se aproxima do conceito da Economia Solidária, por uma série de motivos: seus lucros se destinam a dar suporte às ações e objetivos sociais da *Associação Wyty Catê*; a *FrutaSã* estabelece uma cooperação entre indígenas e seus vizinhos não-índios, gerando renda para as comunidades locais; e também conserva e recupera a vegetação nativa da região. São levantadas algumas questões que podem subsidiar discussões mais aprofundadas sobre empreendimentos solidários e socioambientais, como a adequação dos processos decisórios operacionais à realidade do mercado, os conflitos socioculturais decorrentes da interação de indígenas com pequenos agricultores e a necessidade de subsídios (investimentos a fundo perdido) para viabilizar este tipo de empreendimento.

Palavras-chave: extrativismo, Cerrado, Timbira, Economia Solidária.

Introdução

O Cerrado cobre cerca de 22% do território brasileiro, possui imensa riqueza biológica, uma grande variedade de ambientes e grande capacidade de absorção de carbono. Abriga também nascentes e corpos de água que alimentam grandes bacias dos principais rios brasileiros e sul-americanos, além do imenso Aquífero Guarani (MMA 2004; Novaes 2000). O Cerrado é considerado um *hotspot* pela ONG *Conservation International*, ou seja, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta (Mittermeier *et al.* 2004).

Nas últimas décadas, o Cerrado tem sofrido intensa degradação, devido principalmente à expansão agropecuária, com extensas pastagens e grandes monoculturas (principalmente soja e eucalipto), e ao desmatamento para a produção de carvão (MMA 2004). O modelo agrícola predominante, oriundo da chamada “Revolução Verde”, demanda insumos químicos, variedades de alto rendimento e mecanização do trabalho, gerando conseqüências como a erosão e poluição dos solos e das águas, redução da biodiversidade e redução dos postos de trabalho no campo (Alho & Martins 1995; Duarte 2002; WRI 1992).

Vivem no Cerrado inúmeras populações que sobrevivem de seus recursos naturais, especialmente da biodiversidade. Incluem-se aí povos indígenas, comunidades quilombolas e

outras populações tradicionais que fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Essas comunidades aproveitam os recursos do bioma geralmente de forma racional e equilibrada, sem prejudicar significativamente os ecossistemas, e detêm um amplo conhecimento tradicional da biodiversidade (MMA 2004). Além disso, contribuem para a manutenção da sócio-biodiversidade brasileira e dos conhecimentos relacionados (Sawyer 2002).

O extrativismo representa uma atividade de grande importância para as populações que habitam os ecossistemas tropicais, gerando ocupação e renda, e tem grande valor para a economia rural de países em desenvolvimento, particularmente para os pobres e as mulheres (Arnold 1994), e um enorme potencial econômico ainda mal aproveitado. Dentre os produtos aproveitáveis estão uma grande variedade de frutas, castanhas, sementes oleaginosas, resinas, gomas, plantas medicinais etc. (Peters 1996). Sabe-se ainda que diversas populações humanas que historicamente habitam ou habitaram ricos ecossistemas mantiveram-nos bem conservados, aproveitando seus recursos e até incrementando sua biodiversidade (Diegues & Arruda 2001). Incluem-se aí os indígenas e populações tradicionais.

A área contínua do sistema dos Cerrado e chapadões do Brasil central apresenta uma população indígena de aproximadamente 45 mil habitantes, distribuída principalmente nos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. No sul do Maranhão e norte do Tocantins, as áreas indígenas dos povos Timbira - Krahô, Apinajé, Krikati, Gavião-Pykobjê, Canela-Rankokramekra e Canela-Apaniekra – se encontram na rota dos grandes projetos desenvolvimentistas financiados com pesados incentivos dos governos estadual e federal, onde se destaca a expansão da fronteira ligada ao agronegócio da soja e a infra-estrutura a ela relacionada.

Desde 1993, se encontram em andamento na região projetos que resultaram na criação da *FrutaSã*, uma unidade de beneficiamento de polpas de frutas (muitas delas nativas do Cerrado), que tem como proprietárias a organização não-governamental *Centro de Trabalho Indigenista – CTI* e a *Associação Wyty-Catê dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins*. A fábrica surgiu como uma alternativa de uso dos produtos da flora do Cerrado, e seus lucros são revertidos para a *Associação Wyty-Catê* financiar seus projetos, especialmente para preservar e valorizar a cultura das comunidades Timbira.

A *FrutaSã* se localiza em Carolina, Maranhão, e, além da produção e comercialização de polpas a partir da coleta dos frutos, suas atividades estimulam também a recuperação e conservação do Cerrado, por meio do extrativismo sustentável e incentivo ao adensamento de áreas produtivas. Estimula também a geração de renda para comunidades não-indígenas da região, que fornecem a maior parte da matéria-prima da fábrica, encontrando, desta forma, melhores condições de sobrevivência na região. O projeto representa uma alternativa viável frente ao modelo de desenvolvimento predatório verificado na região (Siqueira 2000).

A economia solidária possui uma lógica distinta da lógica do mercado capitalista e do estado (Laville *apud* Lechat 2002), e caracteriza-se pela valorização dos laços sociais e adoção de formas comunitárias de propriedade, onde as dimensões econômica, social e política são essencialmente articuladas (Lechat 2002). Segundo Gaiger (1996), os empreendimentos solidários que parecem mais promissores como alternativa viável para a economia popular reúnem características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária (Lechat 2002). Para termos uma sociedade mais justa e sem tantas desigualdades e exclusão social entre seus pares, é preciso que a competição dê lugar à solidariedade. O conceito de Economia Solidária tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer 2002).

Sob a ótica da economia solidária, buscamos neste artigo analisar o empreendimento *FrutaSã*, demonstrando sua grande contribuição para uma economia que busca ser distinta da capitalista, na qual os valores da cooperação, da valorização das culturas locais e do meio ambiente sobressaem como principais norteadores da atividade produtiva e comercial.

Contextualização

O Cerrado

O Cerrado é a savana mais biodiversa de todo o planeta, sendo considerado um *hotspot*, ou seja, um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo (Mittermeier *et al.* 2004). Possui uma enorme variedade de espécies de plantas, animais e outros seres vivos, além de um grande número de diferentes populações humanas.

Rotulado de “celeiro” do mundo, extensas áreas do Cerrado são altamente favoráveis à agropecuária do modelo “Revolução Verde”, que faz uso intensivo de tecnologias de mecanização, irrigação e insumos químicos, com monocultivos em larga escala. Hoje, grande parte do bioma já é ocupada pela pecuária em pastos cultivados e pelas lavouras anuais, das quais se destaca a soja. Com os intensos subsídios para os agricultores empresariais, nas últimas décadas, somado às precárias condições de vida dos pequenos agricultores que tradicionalmente habitavam suas terras, houve na região do bioma um processo intenso de êxodo rural e concentração fundiária (WWF 2000).

Apesar da já mencionada riqueza do Cerrado, o modelo agrícola nele instalado ainda encontra forte repercussão nos governos e órgãos de pesquisa (Pires & Scardua 1998). A sociedade e o governo brasileiros não têm reconhecido e aproveitado as vantagens de sua megabiodiversidade, e ainda persiste a percepção do meio ambiente como restrição ao desenvolvimento (Sawyer 2002). Faz-se necessário, portanto, o questionamento deste modelo (Novaes 2000). Somente a opção do “não-uso” (por meio de criação de unidades de conservação

de uso indireto) não bastará à conservação da biodiversidade (UNESCO-MAB *apud* Sachs 2002), muito menos à resolução dos problemas sociais.

Centenas de milhares de quilômetros quadrados do Cerrado são ocupados por populações tradicionais. Valorizar o modo de vida destas populações é um meio de se promover a conservação em larga escala no Brasil, dado que as atividades que desenvolvem são pouco impactantes, e, ainda assim, algumas áreas próximas às ocupadas permanecem intactas, não-ocupadas (Sawyer 2002). Assim, o problema que surge é como promover o desenvolvimento regional, sem que este seja causador de desigualdades sociais e ao mesmo tempo consiga propor uma alternativa às ações predatórias ao meio ambiente, e, além disso, utilize os recursos ambientais oferecidos pelo bioma como forma de geração de renda para a população que habita a região.

Em diagnóstico realizado pelo CTI em 2003, observou-se que a situação econômica dos pequenos produtores do meio rural é bastante semelhante no norte do Tocantins e sul do Maranhão, constatando as enormes dificuldades de obtenção de renda e as precárias condições de vida e de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e transporte. Apesar de o Cerrado apresentar inúmeras espécies potencialmente comercializáveis – como, por exemplo, bacuri (*Platonia insignis*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), buriti (*Mauritia flexuosa*), cajá (*Spondias lutea*), murici (*Birsonimia crassiflora*) e araçá (*Psidium araca*) – a população utiliza pouco estes recursos para obtenção de renda, devido à falta de informação e incentivo político.

Os povos Timbira

Estima-se que, no Brasil, a população indígena total seja de 370 mil pessoas, pertencentes a mais de 200 povos (Ricardo 2000). Os Timbira são povos de uma subdivisão do tronco lingüístico Jê e, desde meados do século XVIII e início do século XIX, foram atingidos por frentes pastoris de caráter expansionista patrocinada por empreendedores particulares (Azanha, 1984).

Atualmente, os Timbira habitam os Cerrados do Maranhão e do Tocantins, e formam um conjunto de sete povos indígenas: Krahô, Apinajé, Gavião-Pykobjê, Krikati, Canela-Apaniekra, Canela-Ramkokramekra e Gavião-ParaKateyê (somente este localizado no Pará). Esse conjunto de povos compartilha um fundo cultural comum, a *Forma Timbira*, com ritos, mitos, língua e cosmologia aproximados, apesar de que cada um desses grupos tende a se afirmar de maneira autônoma perante esse fundo cultural comum (Azanha, 1984). Além disso, os Timbira mantêm forte relação de “dependência” (uso e proteção) com o meio ambiente local, ocupam cinco Terras Indígenas (TIs), que totalizam quase cerca de 700 mil hectares de Cerrado (CTI 2004), e compõem uma população de aproximadamente 6500 pessoas (Ricardo 2000).

A demarcação destas áreas resultou de um processo de luta de 20 anos, que envolveu o CTI e as lideranças indígenas. Algumas destas áreas, como a dos Krikati, chegou a ser invadida e

explorada por posseiros, quando estavam em processo de demarcação, porém as demais estão íntegras do ponto de vista das suas condições ambientais, dispondo de uma razoável oferta de produtos extrativistas comercialmente viáveis (CTI 2004).

O Centro de Trabalho Indigenista é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1979 por antropólogos e indigenistas que já trabalhavam com algumas comunidades indígenas no Brasil. O CTI visa contribuir para que as comunidades com as quais trabalha assumam o controle efetivo de seus territórios, através da proteção e garantia de seus direitos constitucionais e da proposição de projetos que os possibilitem atingir o maior grau possível de auto-suficiência econômica e política, respeitando-se os parâmetros socioculturais das próprias comunidades indígenas (Ladeira 2004). O CTI é um exemplo de ONG que assume a responsabilidade de apoiar tecnicamente ações comunitárias, potencializando a organização das comunidades, formulando projetos e captando recursos para implementá-los. Também estabelece o elo das comunidades com o poder público e demais atores da sociedade (Nogueira 2005).

O CTI tem investido seriamente na autonomização dos grupos indígenas (Nogueira 2005), tendo auxiliado na fundação da primeira associação dos povos Timbira, em 1982, que recebeu o nome de Mãkraré. Em 1996, foi fundada a Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, congregando 18 aldeias de 6 povos Timbira diferentes. Após a criação da Wyty-Catê, várias outras associações foram criadas, geralmente representando uma aldeia cada (CTI 2004).

Análise da *FrutaSã* sob a ótica da Economia Solidária

A Economia Solidária

O conceito de Economia Solidária surge em um contexto onde o modo capitalista de produção e repartição de bens predomina, preconizando a competição como mecanismo de “justiça” no âmbito do mercado, onde sempre “vencerá” o “melhor”, ou seja, aquele que oferecer os “melhores” produtos e serviços pelo “menor” preço. Este modelo, entretanto, sofre de profundas contradições, e tem gerado uma verdadeira polarização entre “ganhadores” e “perdedores” deste sistema, produzindo sociedades cada vez mais desiguais (Singer 2002).

Nesse sentido, para que tivéssemos uma sociedade mais justa e sem tantas desigualdades entre seus pares, seria preciso que a competição desse lugar à solidariedade. Isso significa que os participantes da atividade econômica deveriam *cooperar* em vez de *competir* entre si. Neste modelo econômico diferenciado, os princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer 2002).

De acordo com a definição de Gaiger (2000 *apud* Lechat 2002), os empreendimentos solidários combinam: a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; a autonomia de gestão com a responsabilidade e o envolvimento

social; e a obtenção de resultados econômicos aliados à obtenção de outros benefícios. Para ele, a amenização da pobreza, a mobilização e a organização popular são características destes empreendimentos, e somente projetos concebidos como parte de uma proposta política são identificados como empreendimentos promissores para a construção de uma economia solidária.

Para Noëlle Lechat (2002), as características comuns aos empreendimentos solidários são: a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, a posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos. Mas, como diz a própria autora, as experiências concretas são extremamente heterogêneas.

Histórico da *FrutaSã*

Em meados de 1991, o CTI e as lideranças dos Timbira iniciavam discussões em torno das condições de sua sobrevivência na região, em face dos crescentes desmatamentos e da falência do regime de assistência e apoio patrocinado pela FUNAI. Com a constatação de que apenas 15% dos solos das Terras Indígenas locais se prestam à agricultura, e de que era necessário cobrir os custos de bens e serviços antes custeados a fundo perdido pela FUNAI, buscavam-se alternativas de geração de renda que levassem em conta as práticas não destrutivas, autônomas e auto-sustentáveis dos Timbira.

O CTI e a Associação *Wyty-Catë* apresentaram então, em 1993, à Comunidade Européia, o *Projeto Frutos do Cerrado*, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sem que este seja causador de desigualdades sociais e de degradação ambiental, através do extrativismo, processamento e comercialização de frutas nativas. Desta forma, segundo Nogueira (2005), haveria a perspectiva de conservar o Cerrado da região e aliviar a pressão no entorno das Terras Indígenas. Foi desenvolvido então um estudo de viabilidade econômica e, em 1994, foi instalada, em Carolina-MA, o equipamento para o processamento das frutas, com capacidade para produzir 30 kg/hora de polpa congelada. Estava dado o pontapé inicial para uma atividade econômica solidária em seu bojo. Este empreendimento objetivava dar suporte às ações e objetivos sociais da *Wyty-Catë*, no seu fortalecimento organizativo, na disseminação das práticas de manejo sustentável do cerrado e na valorização cultural de suas comunidades associadas (CTI 2004).

As práticas extrativistas e de manejo, o plantio de culturas permanentes, a diversificação da oferta de frutas e o adensamento nas áreas produtivas são atividades fundamentais do projeto. Vale destacar ainda a importância cultural e política da coleta, que funciona como um instrumento de uso, monitoramento e vigilância da Terra Indígena, conservando-se matérias-primas utilizadas nos artesanatos (cultura material), na alimentação e nos rituais (CTI 2004).

Em 1997, o CTI e a *Wyty-Catë* estabeleceram uma parceria com organizações de trabalhadores rurais da região assessoradas pelo CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, com o objetivo de desenvolver um projeto político e econômico para os povos

indígenas e pequenos agricultores da região, contemplando também o aumento de escala no fornecimento de frutas para a fábrica da *FrutaSã*. Com o apoio do PD/A – Projetos Demonstrativos Tipo A, financiado pelo PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), foi montada então a *Rede Frutos do Cerrado* – RFC, cuja proposta se aproximava muito do que Gaiger (2000 apud Lechat 2002) preconiza para um empreendimento solidário: viabilidade econômica, cooperação, envolvimento social, amenização da pobreza e a concepção como parte de uma proposta política.

A administração da RFC era feita por um Conselho Diretor, no qual tinham assento as diversas organizações envolvidas, incluindo as associações indígenas, cujas vagas eram ocupadas por membros mais jovens, que tinham melhor domínio da língua portuguesa e de conhecimentos administrativos. As decisões do Conselho, no entanto, não encontravam efetividade e nem suficiente respaldo nas aldeias, onde os mais velhos e os caciques controlam a organização social e política. Isso evidenciou diferenças entre pequenos produtores e indígenas, no que concerne à cultura, aos ritmos de trabalho, aos valores e habilidades, gerando inclusive disputas por recursos do projeto.

Devido principalmente a estas dificuldades em lidar com as diferenças socioculturais, a Coordenação da RFC optou então pela separação administrativa dos setores dos pequenos produtores e dos indígenas, resultando em dois núcleos, o primeiro representado pela CCAMA – Central das Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão, e o outro pela *FrutaSã*, cuja fábrica passou a ser de propriedade da *Vyty-Catê* e do CTI. Contudo, a unidade política da RFC foi mantida, dado o objetivo comum das organizações envolvidas: manter o Cerrado da região “em pé”.

No decorrer de dez anos de execução do projeto, além dos recursos da União Europeia e do PD/A, outros apoios foram sendo obtidos: do PPP – Programa de Pequenos Projetos (ISPN/GEF/PNUD); do FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade; da Fundação DOEN, da Holanda; e do DED – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, que, além de financiamentos, enviou um cooperante da área de fruticultura para assistência técnica. Quase todos estes financiamentos se deram a fundo perdido.

Gaiger coloca que a substituição de financiamentos a fundo perdido pela obrigatoriedade de devolução seria indispensável para a conquista da autonomia do empreendimento (Lechat 2002). No caso da *FrutaSã*, ainda é difícil projetar a perspectiva de que os financiamentos a fundo perdido possam ser desnecessários, apesar de que seu plano de negócios prevê que a fábrica atinja a sustentabilidade até 2008 (CTI 2004). Além disso, parcerias entre o terceiro setor e o setor público são cada vez mais frequentes (Lechat 2002), o que indica a prudência de não descartar este tipo de financiamentos tão cedo.

A necessidade de recursos a fundo perdido pode ser diminuída a um nível baixo, mas dificilmente poderá ser completamente extinta em um curto prazo. Defendemos aqui, portanto, que

a lucratividade esperada de um empreendimento como a *FrutaSã* não deve ser a mesma a ser esperada de um empreendimento privado, pois deve-se levar em conta os benefícios sociais e ambientais que consistem no principal “retorno” dos investimentos. Para se atingir a viabilidade do empreendimento no longo prazo, deve-se aumentar a eficiência das atividades, através de aumento de escala, manejo e diversificação, por um lado, e por outro melhorar a capacidade de acesso ao suporte governamental, como crédito subsidiado e tecnologias (Sawyer 2004).

Outra característica da *FrutaSã* diretamente relacionada à necessidade de recursos doados e à geração de benefícios socioambientais é o alto custo da logística da produção. A necessidade de buscar frutos em áreas longínquas, dispersas e de difícil acesso torna os gastos em transporte muito elevados, já que seus fornecedores não possuem condições de levar a matéria-prima à fábrica. As perdas na matéria-prima, que é altamente perecível, também são muito altas. Além disso, os custos com apoio técnico para as diversas atividades decorrentes de um empreendimento como este, bem como aqueles relacionados aos padrões de qualidade e segurança (higiene, conservação, apresentação do produto, licenças e registros normativos), não podem ser arcados pelas comunidades beneficiadas, e nem são oferecidos de maneira adequada e satisfatória pelo setor público (Sawyer 2004).

A *FrutaSã* ao gerar renda para pequenos produtores e comunidades indígenas, propicia uma “economia” de recursos por parte do Estado, já que os recursos antes repassados para essas comunidades através de projetos assistencialistas, poderão ser “utilizados” em outras áreas necessárias para a diminuição das desigualdades sociais. Nesse sentido entendemos que o empreendimento também é solidário.

Estas questões trazem lições que remetem à maioria de projetos produtivos comunitários e de economia solidária, que buscam a geração de benefícios sociais e ambientais prioritariamente aos lucros auferidos pelo empreendimento.

O funcionamento da *FrutaSã*

Os sócios da *FrutaSã Indústria, Comércio e Exportação Ltda.* são a Associação *Wyty-Catë*, única beneficiária pelos lucros gerados para uso em suas ações sociais, e o CTI, como fiel depositário frente às instituições externas. Desde a sua criação, a *FrutaSã* foi administrada de forma coletiva pelo CTI e pela *Wyty-Catë*, sem ter um profissional qualificado para esta atividade, o que prejudicava o bom desempenho do empreendimento. Não havia uma clara definição de funções e respectivas responsabilidades, já que alguns colaboradores eram voluntários e outros profissionais vinculados a outros projetos. Com a chegada do cooperante do DED, em 2000, iniciou-se a reestruturação da fábrica, que desencadeou uma série de mudanças e decisões com a finalidade de profissionalizar a sua gerência e administração. As decisões sobre a *FrutaSã* continuaram a ser tomadas de forma coletiva, com participação efetiva da *Wyty-Catë*, porém,

passou a ter um desempenho mais eficiente no que diz respeito à inserção dos produtos no mercado, gestão dos recursos, formação de parcerias etc.

A *FrutaSã* tem um modelo de organograma e de gestão que preserva as particularidades das comunidades indígenas. Na Assembléia da *Wyty-Catë*, que se reúne anualmente, são eleitos dois representantes indígenas que fazem parte do Conselho de Administração. Nestas assembléias estão presentes os caciques das aldeias e suas principais lideranças, como conselheiros (senhores mais velhos que tem grande importância nas sociedades Timbira), professores e as mulheres, que exercem um papel fundamental na coleta de frutas e organização da produção nas aldeias. Abaixo do Conselho de Administração, existe uma equipe de gestão profissional de funcionários contratados. Esta equipe, bem como a prestação de contas e todas as decisões sobre o planejamento da *FrutaSã*, são monitoradas pelo Conselho e pelas Assembléias do CTI e da *Wyty-Catë*.

Para Singer (2000 *apud* Lechat 2002), um empreendimento solidário se caracteriza por princípios socialistas ou cooperativistas, sendo igualitário no que se refere à posse e ao poder de decisão. Quanto à repartição dos ganhos, ele afirma que, na Economia Solidária, os sócios não recebem salários (que tendem a ser muito desiguais na economia capitalista), mas realizam *retiradas*, que variam conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Neste sentido, se aplicarmos esta conceito à *FrutaSã*, verificamos que seus funcionários não tem participação nos lucros nem nas decisões da empresa. Entendemos, porém, que a empresa não deixa de ser solidária por isso.

A *FrutaSã* traz, em sua concepção, a responsabilidade e o envolvimento social, a amenização da pobreza, a mobilização e a organização popular, a geração de benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais e também uma proposta política para a população envolvida e sua região. Entretanto, os princípios cooperativos podem não ser encontrados em sua gestão, já que as decisões e a posse sobre a fábrica não contemplam igualmente seus trabalhadores.

As polpas de fruta congeladas são vendidas para a merenda escolar em escolas da prefeitura, em pequenas lanchonetes e bares da região de Carolina e até em uma grande rede de supermercados do Maranhão. A tabela 1 mostra a evolução da produção e faturamento desde 1998 até julho de 2005.

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Produção (kg)	5.043	13.224	16.837	20.810	49.996	65.383	75.079
Faturamento (R\$)	12.981	43.322	51.714	59.590	141.797	217.002	296.237

Tabela 1: Evolução da produção e faturamento da *FrutaSã*. Fonte: *FrutaSã*

Os fornecedores das matéria-prima da *FrutaSã* são pequenos produtores rurais principalmente do município de Carolina, micro-fornecedores da área urbana e periferia da cidade

e as aldeias associadas à *Wyty-Catë*. Estes fornecedores obtêm as frutas de suas pequenas propriedades e de áreas de uso comum, e, para tanto, o investimento que fazem é muito baixo, resumindo-se ao tempo e aos deslocamentos necessários, diferentemente dos cultivos, que exigem mais mão-de-obra e muitas vezes compra de sementes e insumos. O pagamento pela entrega dos frutos é feito à vista, e o incremento no orçamento familiar destes produtores é significativo. A tabela 2 mostra a evolução da renda gerada na venda de frutas pelos indígenas e pequenos agroextrativistas de 1998 a 2004. Nela, vemos que a quantidade de matéria-prima utilizada para a produção de polpa de fruta, que corresponde à renda total gerada para os pequenos produtores e índios, saltou de R\$ 10.612,00 em 1998 para R\$ 146.378,64 em 2004.

Ano	1998	1999	2000	2002	2003	2004
Renda gerada (R\$)	10.612	15.751	31.554	86.647	109.618	146.378

Tabela 2. Renda total obtida por indígenas e pequenos agroextrativistas de 1998 a 2004. *Fonte: FrutaSã*

Assim, entendemos que, além dos conceitos dos autores em Economia Solidária, devemos ampliar esta análise quando tratamos da missão a qual se propõe a *FrutaSã*. O empreendimento é solidário na distribuição dos lucros, que são revertidos para uma Associação Indígena que congrega 16 aldeias, composta por aproximadamente 1.100 indígenas. O poder decisório sobre o empreendimento que tem a *Wyty-Catë* contempla seu sistema político tradicional. Além disso, a maior parte da matéria-prima que chega à fábrica vem de pequenos produtores do entorno das Terras Indígenas, organizados principalmente na AAPPC - Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina (Nogueira 2005). O Projeto Frutos do Cerrado vem estimulando a organização associativista e cooperativista de grupos que trabalham com o aproveitamento de frutas (CTI 2004). Estimulando os extrativistas ao uso sustentável dos recursos naturais da região, a *FrutaSã* está propiciando a geração de renda para a população local e a conservação do Cerrado, e nesse sentido também é solidária.

Em 2004, *FrutaSã* foi agraciada com o *Prêmio Chico Mendes* (Ministério do Meio Ambiente) como “Negócios Sustentáveis do Ano”, sendo que no ano anterior a *Wyty-Catë* ganhou como “Associação do Ano”. Em agosto deste ano de 2005, a *FrutaSã* ganhou a certificação de tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil, UNESCO e Petrobrás. Estes prêmios são o reconhecimento da importância do projeto, como promovedor de uma atividade econômica, política, social, cultural e ambiental diferenciada, na qual a cooperação entre os diferentes povos, e entre estes e a natureza, leva à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente de todos.

Conclusão

A *FrutaSã* é um empreendimento que se distingue da lógica capitalista, contribuindo significativamente para uma economia solidária e geradora de benefícios sociais e ambientais. A empresa compra frutos do Cerrado de pequenos agricultores extrativistas e de indígenas da região de Carolina-MA, possibilitando a estas populações uma atividade econômica de baixo investimento, que gera renda imediata e promove a conservação da biodiversidade local.

Os lucros da *FrutaSã* são revertidos para as ações sociais da Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, fornecendo, a estes povos indígenas, um meio de valorizar seus ritos, festas e costumes, preservando sua cultura. A aproximação destes povos com as populações não-indígenas da região, no âmbito do projeto no qual a *FrutaSã* é a atividade motor, fortalece os valores da cooperação, e apontam para um projeto político consistente para a região, no qual as populações historicamente excluídas assumem o protagonismo.

Outra questão que analisamos é sobre os financiamentos a fundo perdido para projetos que geram benefícios socioambientais ou que se enquadrem nos preceitos da Economia Solidária. Concluímos, com as lições da *FrutaSã*, que estes financiamentos são necessários, especialmente nos momentos iniciais, e podem ser diminuídos a um nível baixo à medida que o empreendimento atinja seu ponto de equilíbrio, mas dificilmente poderão ser completamente extintos. Não se deve esperar, deste tipo de empreendimento, a mesma lucratividade esperada de um empreendimento privado, uma vez que sua concepção traz, como objetivo, a geração de benefícios sociais, culturais e ambientais, e não a mera geração de lucro. Cobrir os altos custos referentes à geração destes benefícios deve ser encarado como um investimento de toda a sociedade, para o bem-estar dela própria.

A *FrutaSã* também confirma a importância e o grande potencial do extrativismo e do uso sustentável da biodiversidade para a melhoria de vida das populações que habitam o Cerrado e para a conservação do bioma.

A Economia Solidária nos mostra que, de fato, outra forma de economia é possível. Os valores da cooperação, do respeito às culturas e ao meio ambiente podem ser norteadores de atividades produtivas e comerciais, trazendo benefícios amplos para toda a sociedade. Os exemplos de empreendimentos solidários bem-sucedidos, no entanto, ainda são poucos, especialmente se considerarmos a região na qual se insere a *FrutaSã*. Esta, portanto, vem trazer lições importantes para esta “outra” economia, e também para a formulação de conceitos que embasem a luta pela Economia Solidária.

Referências bibliográficas

ALHO, Cléber J. R.; MARTINS, Eduardo S.(Eds.). 1995. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço - impactos do processo de ocupação**. Brasília: Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

- ARNOLD, J. E. M. 1994. **Nonfarm employment in small-scale forest-based enterprises: policy and environmental issues.** *The Environmental and Natural Resources Policy and Training Project – EPAT*, nº11, 49p. Universidade de Wisconsin-Madison, EUA.
- AZANHA, Gilberto. 1984. **A forma Timbira: estrutura e resistência.** Dissertação de mestrado, São Paulo, USP.
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista. 2004. **Apoio para aumentar o volume da produção e beneficiamento de frutas da FrutaSã. Anexo 4 – Plano de negócio.** Programa de Pequenos Projetos – PPP (GEF/PNUD/ISPN).
- DIEGUES, Antonio C. & ARRUDA, Rinaldo S.V. (Orgs). 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 176p.
- DUARTE, Laura M. G. 2002. “Desenvolvimento Sustentável: Um olhar sobre os Cerrados Brasileiros” in DUARTE, Laura M.G.; THEODORO, Suzi Huff (orgs.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo.** Brasília: Garamond.
- LADEIRA, Maria Inês & MATTA, Priscila. 2004. **Terras Guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós.** CTI – Centro de Trabalho Indigenista.
- LECHAT, Noëlle M.P. 2002. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Revista Civitas. Organizações e Movimentos sociais. Porto Alegre, Editora PUCRS, v.2, n. 1, p. 123-140.
- MITTERMEIER, Russel A. *et al.* 2004. **Hotspots revisited.** Conservation International, Cidade do México: CEMEX.
- MMA. 2004. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado.** Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas.
- NOGUEIRA, Mônica C. R. 2005. **Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado.** São Paulo: Annablume. 172p.
- NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, O.; NOVAES, P.C. 2000. **Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente /Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PETERS, Charles M. 1996. **The ecology and management of non-timber forest resources.** *World Bank technical paper*, nº322, 157p. Washington, DC, EUA.
- RICARDO, Carlos Alberto. 2000. **Povos Indígenas no Brasil 1996/2000** Instituto Socioambiental, 830 p.
- SACHS, Ignacy. 2002. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond.
- SAWYER, Donald. 2002. **Ação em meio ambiente no Brasil: estado atual e perspectivas futuras.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SAWYER, Donald. 2004. **Economic feasibility and security of Cerrado fruit production.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SAWYER, Donald; SCARDUA, Fernando P.; PINHEIRO, L. 1999. **Extrativismo vegetal no Cerrado: análise de dados de produção, 1980-1993.** Versão 2.0. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SILVEIRA JUNIOR, Omar. 2004. **Uma proposta de desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso da empresa Fruta Sã.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário de Brasília, Brasília – DF.
- SINGER, Paul. 2002. **Introdução à Economia Solidária.** Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- SIQUEIRA JR., Jaime G. 2000. **A organização Timbira e a ‘Rede Futos do Cerrado’** in RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). 2000. **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000.** São Paulo: Instituto Socioambiental.
- WRI. 1992. **A Estratégia Global da Biodiversidade: diretrizes de ação para estudar, salvar e usar de maneira sustentável e justa a riqueza biológica da Terra.** Washington: World Resources Institute.
- WWF Brasil, 2000. **Expansão Agrícola e Perda da Biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional.** (Coordenação: Robert Buschbacher). (Brasília): c2000, 104p.: il. Color.:21x24 cm.